

Os Órfãos do Ensino

Coincidindo com a posse do novo ministro da Educação, a CPI do ensino universitário divulgou seu relatório. O ensino universitário público, todo mundo sabe, está doente, mas aqueles que lhe fazem o diagnóstico divergem sobre suas principais mazelas, que vão da estagnação do sistema à falta de autonomia, passando pela disseminação de universidades.

O novo ministro, Murílio Hingel, concorda com a reivindicação de mais autonomia, mas adverte que ela tem uma contrapartida: a universidade terá também de dar respostas mais prontas e imediatas. O problema das universidades brasileiras (com a única exceção das três universidades estaduais de São Paulo) é que a folha de pessoal consome o orçamento e nada sobra para as pesquisas e os outros investimentos sem os quais o ensino continuará a ser miragem.

A universidade da Bahia tem a estatística pronta: 90% de seu orçamento se vão com a folha. O ensino público se atola em suas contradições, desperdiçando verbas em funcionalismo, enquanto os grandes órfãos

do ensino brasileiro, o 1º e o 2º graus, continuam à míngua. Esta é a incoerência básica do Brasil que, em matéria de ensino, investe no que devia ser deixado à escola particular e deixa de investir naquilo que é de sua quase exclusiva competência.

O ex-reitor da universidade de Brasília, Cristovam Buarque, liga o destino da universidade ao destino do Brasil. Já que o Brasil deixou de ter projeto de país, segundo ele, a universidade não sabe a quem servir. O relatório da CPI do ensino universitário defende um ponto considerado polêmico: o pagamento, ainda que simbólico, das mensalidades, nas universidades públicas. O ensino público precisa se desfazer de sua mística predileta, a convicção de que o ensino gratuito é a panacéia universal.

O novo ministro considera que não pode haver evolução do ensino universitário sem "uma certa desburocratização, uma certa desregulamentação". A solução da questão universitária está, portanto, tão estagnada quanto a própria universidade.